



EDITAL Nº 016/2025
CREDENCIAMENTO N.º 005/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2025

1. PREÂMBULO

1.1. A **Prefeitura Municipal de Claro dos Poções - MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.498.274/0001-22, com sede à Rua Naltair dos Santos, 56, Centro, CEP: 39.380-000, em Claro dos Poções/MG, através da Comissão de Contratação nomeada através da Portaria n.º 16 de 02 de janeiro de 2025, devidamente publicada no diário oficial do Município, torna público que se acha aberto no Setor de Licitações, situado no mesmo endereço da Prefeitura o processo de **CREDENCIAMENTO N.º 005/2025**, conforme termos deste edital, cuja finalidade é o **Credenciamento de pessoa jurídica para Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem esportiva nas modalidades futebol de campo, Society, futsal e vôlei para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Claro dos Poções/MG** no prazo de 12 (doze) meses.

1.1.1. O local para o credenciamento será na sala de licitações e contratos da Prefeitura Municipal de CLARO DOS POÇÕES e terá início no primeiro dia útil após a publicação deste edital à partir das **08hs00min (oito horas)**.

1.1.2. Os interessados no credenciamento poderão obter cópia integral deste Edital no site Oficial da Prefeitura de CLARO DOS POÇÕES/MG, no endereço eletrônico: www.clarodospoco.es.gov.br

1.2. O credenciamento de que trata este edital será regido pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas respectivas alterações, pelas demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, pelas instruções nele constantes, bem como pelas cláusulas e condições a seguir enunciadas.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente certame o Credenciamento de pessoa jurídica para Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem esportiva nas modalidades futebol de campo, Society, futsal e vôlei para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do município de Claro dos Poções/MG.

3. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os interessados em realizar o credenciamento para a prestação dos serviços descritos no subitem 2.1. deverão, a partir da data e horário fixados no subitem 1.1.1., entregar na Sala de Licitações da Prefeitura



Municipal de CLARO DOS POÇÕES-MG um envelope fechado, identificado na sua parte externa com o nome do REQUERENTE e o número deste Credenciamento, contendo o requerimento de credenciamento e os documentos de habilitação, na forma detalhada no subitem 3.4. deste Edital.

3.2. Não serão recebidos documentos por qualquer outro meio que não o físico, protocolados nos moldes do subitem anterior.

3.3. O requerimento de credenciamento obedecerá ao modelo constante do Anexo II deste Edital e deverá estar acompanhado dos documentos elencados no subitem a seguir.

3.4. Somente será admitida a participação neste credenciamento de pessoas jurídicas que aceitem as exigências estabelecidas neste edital, inclusive quanto ao preço estipulado e comprovem a regularidade com seus documentos de habilitação, a seguir listados:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) no ramo ao qual se candidata dentre os elencados no subitem 2.1;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) Cópia do RG e CPF e/ou CNH do requerente;
- d) Endereço de e-mail e telefone celular com aplicativo Whatsapp

REGULARIDADE FISCAL, TRABALHITA E TÉCNICA:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei; emitida pelo Ministério da Fazenda;
- b) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943
- e) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada
- f) Declaração de que não emprega menor para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- g) Pelo menos um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstrem experiência prévia na prestação de serviços de arbitragem esportiva em eventos públicos ou privados
- h) Ao requerente que estiver em débito com suas obrigações fiscais lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias para regularização através de quitação ou parcelamento (quando houver a possibilidade de parcelar) de suas dívidas, prorrogável por mais 05 (cinco) dias caso haja interesse do credenciante; sob pena desclassificação do requerente.



NOTA 01- Serão aceitas certidão de regularidade Fiscal nos casos que o requerente apresentar a certidão positiva comefeitos de negativa.

3.5. Juntamente com os documentos relacionados no item 3.4., os interessados deverão apresentar declaração, preenchida e assinada, de INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ANEXO III).

3.6. Os documentos relacionados no item 3.4. deste Edital poderão ser apresentados em cópia simples, sem a necessidade de autenticação em Cartório, comprometendo-se o requerente, no entanto, por qualquer informação errônea ou falsa, tanto civil como criminalmente.

3.7. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões referidas no item 3.4., a Comissão de Licitação aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamenteanteriores à data da apresentação do requerimento.

4. DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

4.1. A Comissão de Licitação analisará e avaliará a documentação dos interessados para fins de credenciamento, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do dia do recebimento da documentação e publicará no Diário Oficial do Município os requerentes habilitados bem como a respectiva ordem cronológica e a relação dos inabilitados.

4.2. Os interessados considerados não habilitados, por não atenderem os requisitos exigidos no presente Edital de Convocação, intimados de tal decisão mediante publicação no Diário Oficial do Município, poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação respectiva.

4.3. Admitir-se-á a correção de falhas relativas aos documentos de habilitação, desde que, a critério da Comissão de Licitação, tal saneamento possa ser concretizado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis.

4.4. O requerente habilitado nas condições do item 3.4. deverá comprovar sua regularidade fiscal, decaindo do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.5. A comprovação de que trata o subitem 4.4. deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado do credenciamento no Diário Oficial do Município.

4.5.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

4.6. Serão considerados credenciados todos os requerentes que atenderem às condições fixadas neste Edital.



4.7. O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município de CLARO DOS POÇÕES/MG (mural da Prefeitura Municipal de CLARO DOS POÇÕES/MG) e no site oficial do município no endereço www.clarodospoco.es.gov.br.

5. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços a serem prestados serão solicitados pelo prefeito municipal ou pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo através de O.S (ORDEM DE SERVIÇO) enviada ao credenciado através do e-mail informado no cadastro e/ou Whatsapp, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital, correndo por conta CREDENCIADO as despesas com transporte, alimentação, tributos e encargos previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

6. DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS CREDENCIADOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Todos os requerentes credenciados poderão prestar serviços ao Município de CLARO DOS POÇÕES/MG por período pré-determinado em contrato.

6.1. A Administração Pública Municipal identificará a quantidade de serviço, convocando os credenciados a assinarem o termo de contrato.

6.2. A Administração Pública Municipal elencará os serviços prioritários e convocará os credenciados na quantidade necessária, mediante ordem cronológica de credenciamento. Exemplo: O primeiro a ser chamado será o credenciado que apresentou primeiro seu requerimento de credenciamento e ao término do seu serviço voltará ao fim da fila e aguardará até que chegue sua vez novamente.

6.3. É vedado ao credenciado escolher o jogo que deseja realizar, cabendo exclusivamente à Administração Pública Municipal esta determinação.

6.4. Na hipótese de acudirem menos interessados que a demanda da Administração, cada credenciado contratado, assim que concluir o serviço lhe fora incumbido, poderá receber nova O.S, responsabilizando-se por nova demanda.

6.5. Na hipótese do número de credenciados ser maior que a necessidade do Município, obedecer-se-á à ordem cronológica de credenciamento, em apreço aos princípios da impessoalidade e da igualdade.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O objeto do contrato, em cada uma de suas parcelas (caso haja), será recebido de acordo com o estabelecido a seguir:

7.1.1. No último dia útil de cada mês, ou ao final do serviço, caso seja realizado em período inferior 01 (um)



mês o Fiscal de Contrato deverá apresentar relatório dos serviços prestados ao CONTRATANTE, contendo os quantitativos de jogos e os seus respectivos valores, conforme estabelecido previamente no Termo de Referência, acompanhado da assinada pelo(a) secretário(a) da secretária responsável.

7.1.2. O CONTRATANTE solicitará ao CONTRATADO, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação, objetivando a emissão da nota fiscal.

7.1.3. Serão considerados para fins de remuneração do CONTRATADO somente os quantitativos de serviços efetivamente prestados e apurados no período considerado.

8. DOS PAGAMENTOS

8.1. O CREDENCIADO apresentará a(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(as) no Setor de Protocolo desta Prefeitura, acompanhadas das Certidões Negativas de Débitos relativo à regularidade fiscal, que trata o item 3.4. do presente Edital, referente à prestação do serviço até o último dia útil do mês que ocorreu a entrega.

8.2. A prefeitura providenciará o pagamento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do protocolo da Nota Fiscal.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação decorrente do credenciamento será formalizada mediante celebração de termo de credenciamento, cuja minuta integra este edital como ANEXO VI após a convocação por parte da Administração através mensagem pelo aplicativo Whatsapp e/ou e-mail fornecido pelo credenciado e de acordo com a demanda e planejamento da Administração. O credenciado deverá responder em até 24 (vinte e quatro) horas ou comparecer na Prefeitura Municipal de CLARO DOS POÇÕES/MG para celebrar o termo de credenciamento, sob pena de ser substituído pelo credenciado seguinte na ordem cronológica.

9.2. Se, por ocasião da formalização do termo de credenciamento, as Certidões de regularidade Fiscal estiverem com os prazos de validade vencidos, a Secretaria Municipal de Fazenda verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo de pagamento a regularidade e anexando cópias dos documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.3. A celebração dos termos de credenciamento não confere aos CREDENCIADOS qualquer tipo de exclusividade na prestação dos serviços, podendo a Administração Municipal ampliar o perímetro estabelecido e promover novos chamamentos públicos durante a vigência dos ajustes celebrados.

9.4. O prazo de vigência do termo de credenciamento expirará, no máximo, em 12 (doze) meses, sendo que, para cada serviço será emitida uma O.S (Ordem de Serviço) assinada pelo prefeito ou pelo secretário(a) solicitante, contendo as informações dos serviços a serem prestados, bem como a estimativa de horas necessárias à realização dos trabalhos.



9.5. Caso o serviço seja concluído em quantidade de jogos menor que a estimada, o pagamento do CONTRATADO se dará sempre sobre os jogos efetivamente trabalhados.

9.6. Caso não seja possível concluir o serviço na quantidade de jogos estimadas na O.S, a Administração, com o auxílio do Fiscal de Contrato, avaliará a eficiência do CONTRATADO, resolvendo acerca da possibilidade de nova O.S. ou do chamamento do próximo CREDENCIADO.

9.7. Ocorrendo a resolução do termo de credenciamento com base em qualquer condição, o CONTRATADO não terá direito a qualquer espécie de indenização, sendo devido apenas o pagamento dos serviços comprovadamente prestados.

9.8. A execução dos serviços deverá ter início imediato, a contar da data de assinatura da O.S.. O não atendimento do CREDENCIADO dará direito ao solicitante de chamar o próximo CREDENCIADO de acordo com o cronograma fixado neste edital.

10. DAS DESPESAS

10.1. Os custos e despesas decorrentes dos pagamentos dos serviços objeto deste Credenciamento serão de responsabilidade do Município de CLARO DOS POÇÕES/MG e atendidas pelas seguintes Dotações Orçamentárias do exercício de 2025:

- 110227.812.0039.2132/ 3339039000000 – Ficha 1087.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os casos omissos do presente Edital serão resolvidos com base na Lei Federal n.º 14.133/2021 e outras fontes do Direito, sempre em decisão motivada.

11.2. Os esclarecimentos relativos a este Credenciamento serão prestados nos dias de expediente, das 08hs00min às 11hs00min e das 13hs00min às 16hs00min, diretamente no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de CLARO DOS POÇÕES/MG.

11.3. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o presente edital, fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12. Constituem Anexos do Presente Edital:

12.1. Tabela de Preços do Município de CLARO DOS POÇÕES/MG indicando os serviços a serem utilizados pela prefeitura municipal e suas secretarias (ANEXO I);

12.2. Modelo de Requerimento (ANEXO II);



PREFEITURA MUNICIPAL

CLARO DOS POÇÕES

Rua Naltair dos Santos, 56 - Centro - Claro dos Poções - MG

CEP:39380-000 - Fone: (38) 3237-1157

CNPJ: 21.498.274/0001-22



12.3. Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração (ANEXO III);

12.4. Modelo da Declaração de Concordância com o Preço da Tabela do Município e Comprometimento de Realização do Serviço Proposto, conforme Anexo I do Edital de Credenciamento n.º 005/2025 (ANEXO IV);

12.5. Descrição dos Serviços (Plano de Trabalho) (ANEXO V);

12.6. Minuta de termo de credenciamento (ANEXO VI);

12.7. Termo de Referência (ANEXO VII).

Claro dos Poções/MG, 22 de maio de 2025.

José Vanderlei Cardoso
Prefeito Municipal

**ANEXO I****TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS A SEREM UTILIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLARO DOS POÇÕES/MG****ESTIMATIVA DE SERVIÇO E PREÇO**

SEQ	DESCRICAO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN	TOTAL
1	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO ADULTO. EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO ADULTO, COM TEMPO 45X45 MINUTOS DE ACORDO COM AS REGRAS OFICIAIS. ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO PRINCIPAL, 2 (DOIS) ÁRBITROS AUXILIARES/ASSISTENTES E 01(UM)MESÁRIO/ANOTADOR (RESPONSÁVEL POR TODA A CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS PERTINENTES A ORGANIZAÇÃO), DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS. PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREAÇÃO. SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 613,25	150	JOGO	R\$ 91.987,50
2	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SOCIETY, ADULTO,. EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SOCIETY, ADULTO, COM TEMPO 25X25 MINUTOS DE ACORDO COM AS REGRAS OFICIAIS E COM REGULAMENTO. ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01(UM) MESÁRIO/ANOTADOR (RESPONSÁVEL POR TODA A CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS PERTINENTES A ORGANIZAÇÃO), DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS. PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREAÇÃO. SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL SOCIETY (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 332,33	150	JOGO	R\$ 49.849,50
3	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL PARA AS CATEGORIAS PRINCIPAL, . EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL PARA AS CATEGORIAS PRINCIPAL, FEMININO, MASTER, MIRIM, INFANTIL E JUVENIL COM TEMPO DE 20X20 MINUTOS, DE ACORDO COM AS REGRAS OFICIAIS E COM REGULAMENTO. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) ANOTADOR/CRONOMETRISTA	R\$ 293,00	150	JOGO	R\$ 43.950,00



PREFEITURA MUNICIPAL

CLARO DOS POÇÕES

Rua Naltair dos Santos, 56 - Centro - Claro dos Poções - MG

CEP:39380-000 - Fone: (38) 3237-1157

CNPJ: 21.498.274/0001-22



	(RESPONSÁVEL POR TODA A CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS PERTINENTES AO EVENTO), DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS. PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREAÇÃO. SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)				
4	EQUIPE ARBITRAGEM ESPORTIVA – MODALIDADE VOLEI, . EQUIPE ARBITRAGEM ESPORTIVA – MODALIDADE VOLEI, CONTENDO 02 (DOIS) E 1(UM) MESÁRIO POR PARTIDA. (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 314,67	100	JOGO	R\$ 31.467,00

R\$
217.254,00**DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS**

Prestação de serviços de arbitragem esportiva para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Claro dos Poções/MG, compreendendo a atuação de equipes especializadas nas modalidades de futebol de campo, futebol society, futsal e vôlei, em diferentes categorias e faixas etárias, com fornecimento de árbitros, assistentes, mesários e cronometristas, devidamente uniformizados e capacitados, incluindo a responsabilidade pelo transporte, alimentação, documentação técnica e demais encargos operacionais necessários à execução dos serviços, conforme demanda e cronograma estabelecido pela Administração.



ANEXO II
MODELO DE REQUERIMENTO

À

Prefeitura Municipal de CLARO DOS POÇÕES/MG

Eu, [nome] _____, brasileiro (a), [estado civil] _____, [profissão] _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____, expedida por ___/___, residente e domiciliado na Rua _____, n.º _____, [bairro] _____, no Município de _____, Estado de _____, representante da empresa _____, cadastrada no CNPJ sob o nº _____, venho à presença de Vossa Senhoria requerer o meu credenciamento para função de _____, conforme Edital de CREDENCIAMENTO N.º 005/2025, com a finalidade de prestar serviços à esta Prefeitura Municipal, de acordo com o cronograma e solicitação no ANEXO I, pelo período necessário.

CLARO DOS POÇÕES/MG, _____ de _____ de 2025.

Nome:

CPF:

CNPJ:

**ANEXO III****MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____
situada na Rua _____, n.º _____, [bairro] _____, no Município de
_____, Estado de _____, representada pelo Sr (a)
_____ portador da Cédula de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF
nº _____, declaro sob as penas da lei, para fins de participação no Credenciamento n.º
005/2025 da Prefeitura de CLARO DOS POÇÕES/MG, que até a presente data inexistem fatos impeditivos
para a minha habilitação, bem como não me encontro em estado de inidoneidade declarado por nenhum
órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal e que não estou sujeito (a)
a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Declaro, ainda, ter ciência que a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente
licitação caracterizará o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento
em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLARO DOS POÇÕES/MG, _____ de _____ de 2025.

Nome:
CPF:
CNPJ:



PREFEITURA MUNICIPAL

CLARO DOS POÇÕES

Rua Naltair dos Santos, 56 - Centro - Claro dos Poções - MG

CEP:39380-000 - Fone: (38) 3237-1157

CNPJ: 21.498.274/0001-22



ANEXO IV

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PREÇO DA TABELA DO MUNICÍPIO E COMPROMETIMENTO DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO PROPOSTO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 005/2025

Declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que concordo em praticar os serviços de (arbitragem esportiva nas modalidades futebol de campo, Society, futsal e vôlei) para o Município de CLARO DOS POÇÕES/MG, pelo preço e condições estipulados no Edital de Credenciamento n.º 005/2025 e seus anexos, para um perfeito atendimento do serviço CREDENCIADO.

CLARO DOS POÇÕES/MG, _____ de _____ de 2025.

Nome:

CPF:

CNPJ:



ANEXO V

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS (PLANO DE TRABALHO)

A presente contratação visa à prestação de serviços de arbitragem esportiva para as modalidades de futebol de campo, futebol society, futsal e vôlei, conforme demanda da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Claro dos Poções/MG, durante a execução do calendário anual de eventos esportivos municipais.

Os serviços deverão ser executados de acordo com as seguintes diretrizes:

1. Modalidades Abrangidas:

- Futebol de Campo
- Futebol Society
- Futsal
- Vôlei

2. Composição Mínima da Equipe de Arbitragem:

Cada modalidade deverá ser atendida com a seguinte formação mínima:

- **Futebol de Campo:** 01 árbitro principal, 02 árbitros assistentes e 01 mesário/anotador.
- **Futebol Society:** 02 árbitros e 01 mesário/anotador.
- **Futsal:** 02 árbitros e 01 anotador/cronometrista.
- **Vôlei:** 02 árbitros e 01 mesário.

3. Atribuições da Equipe de Arbitragem:

- Atuar nos jogos conforme as **regras oficiais** da respectiva modalidade e o regulamento do campeonato fornecido pela Secretaria;
- Verificar documentação dos atletas e organizar registros das partidas (súmulas, ocorrências, penalidades, etc.);
- Manter **conduta ética, disciplinada e imparcial** durante toda a execução do serviço;
- Entregar imediatamente à organização toda a documentação do jogo (súmulas preenchidas, listas de presença, relatórios, etc.).

4. Condições de Execução:

- Os jogos poderão ocorrer na sede ou na zona rural do Município, em dias úteis, finais de semana ou feriados, nos turnos matutino, vespertino ou noturno;
- A convocação para cada evento será feita com antecedência mínima de 48 horas;
- A contratada deverá garantir **pontualidade, presença integral da equipe e execução regular dos serviços** no local designado.



5. Logística e Encargos:

- A contratada será responsável por **todos os custos de transporte, alimentação e deslocamento** de sua equipe, não sendo de responsabilidade da Administração qualquer tipo de reembolso;
- A equipe deverá apresentar-se **uniformizada**, com identificação compatível com a função e trajes adequados às normas das modalidades esportivas.

6. Fiscalização e Controle:

- Os serviços serão acompanhados por **servidor ou comissão designada** pela Secretaria, que verificará o cumprimento das obrigações técnicas, disciplinares e administrativas;
- O não atendimento às exigências poderá acarretar penalidades conforme as regras previstas no edital de credenciamento.

**ANEXO VI****MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Termo de Credenciamento que entre si celebram o Município de CLARO DOS POÇÕES - MG e o *credenciado* XXX, ambos qualificados abaixo, onde se objetiva a prestação de serviços de arbitragem esportiva nas modalidades futebol de campo, Society, futsal e vôlei, conforme credenciamento realizado, com vinculação ao Edital de Credenciamento n.º 005/2025.

O **MUNICÍPIO DE CLARO DOS POÇÕES - MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n xxxxxxxxxxxx, bairro Centro, em CLARO DOS POÇÕES/MG, CEP xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Estado de Minas Gerais, representado neste ato por seu Prefeito Municipal sr. xxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, xxxxxxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade/RG n.º xxxxxxxx, expedida por SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado em CLARO DOS POÇÕES/MG, CEP: xxxxxxxxxxxx, doravante denominado apenas de CREDENCIANTE e o CREDENCIADO: a empresa XXX, inscrita no CNPJ xxxxxxxx, com sede a XXXXXXXXXXXX, neste ato representado pelo Sr (a) XXXXX brasileiro, estado civilXXX, profissão XXX, portador da Cédula de Identidade/RG n.º XXX, expedido por XXX/XXX, residente e domiciliado na Rua XXX, n.º XXX, bairro XXX, Município de XXX/XXX, CEP: XXX, têm, entre si, justo e acertado o presente contrato administrativo de credenciamento, tendo em vista a homologação do processo de CREDENCIAMENTO N.º 005/2025, com base no que dispõe a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, bem como nos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis à matéria, assim como, pelas condições do Edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo de credenciamento a contratação do CREDENCIADO, na condição de pessoa jurídica, para atuar com arbitragem esportiva nas modalidades futebol de campo, Society, futsal e vôlei para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do município de Claro dos Poções/MG.

Subcláusula Primeira - Da Individualização do Serviço Contratado: O CONTRATADO ficará responsável pelo serviço descritos no edital de credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



As despesas para o pagamento deste termo de credenciamento correrão por conta dos recursos vinculados às Dotações Orçamentárias a seguir especificadas:

- 110227.812.0039.2132/ 3339039000000 – Ficha 1087.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços prestados em decorrência do presente termo de credenciamento se darão conforme cronograma e solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo constante no edital de credenciamento vinculado a este processo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES DOS SERVIÇOS

Os serviços terão os seguintes valores nominais por hora trabalhada:

SEQ	DESCRICAÇÃO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN	TOTAL
1	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO ADULTO. EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO ADULTO, COM TEMPO 45X45 MINUTOS DE ACORDO COM AS REGRAS OFICIAIS. ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO PRINCIPAL, 2 (DOIS) ÁRBITROS AUXILIARES/ASSISTENTES E 01(UM)MESÁRIO/ANOTADOR (RESPONSÁVEL POR TODA A CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS PERTINENTES A ORGANIZAÇÃO), DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS. PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREAÇÃO. SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 613,25	150	JOGO	R\$ 91.987,50



2	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SOCIETY, ADULTO,. EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SOCIETY, ADULTO, COM TEMPO 25X25 MINUTOS DE ACORDO COM AS REGRAS OFICIAIS E COM REGULAMENTO. ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01(UM) MESÁRIO/ANOTADOR (RESPONSÁVEL POR TODA A CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS PERTINENTES A ORGANIZAÇÃO), DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS. PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREAÇÃO. SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL SOCIETY (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 332,33	150	JOGO	R\$ 49.849,50
3	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL PARA AS CATEGORIAS PRINCIPAL, . EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL PARA AS CATEGORIAS PRINCIPAL, FEMININO, MASTER, MIRIM, INFANTIL E JUVENIL COM TEMPO DE 20X20 MINUTOS, DE ACORDO COM AS REGRAS OFICIAIS E COM REGULAMENTO. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) ANOTADOR/CRONOMETRISTA (RESPONSÁVEL POR TODA A CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS PERTINENTES AO EVENTO), DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS. PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREAÇÃO. SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 293,00	150	JOGO	R\$ 43.950,00
4	EQUIPE ARBITRAGEM ESPORTIVA – MODALIDADE VOLEI, . EQUIPE ARBITRAGEM ESPORTIVA – MODALIDADE VOLEI, CONTENDO 02 (DOIS) E 1(UM) MESÁRIO POR PARTIDA. (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 314,67	100	JOGO	R\$ 31.467,00

R\$
217.254,00

Parágrafo único. Nos preços computados neste termo de credenciamento estão incluídos todos os custos com encargos sociais e previdenciários, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento do mesmo.



CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O valor do presente TERMO DE CREDENCIAMENTO é R\$ XXX (XXX) conforme estimativa constante no edital de credenciamento.

Parágrafo único. O valor da hora trabalhada será fixa e irredutível por ter vigência inferior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

Para efeito de pagamento, o CREDENCIADO apresentará a(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(as) no Setor de Protocolo desta Prefeitura, acompanhadas das Certidões Negativas de Débitos relativo à regularidade fiscal, referente à prestação do serviço até o último dia útil do mês que ocorreu a entrega.

§ 1.º Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de entrega das Notas Fiscais no protocolo do órgão indicado no *caput* desta cláusula.

§ 2.º As Notas Fiscais poderão ser retiradas diretamente no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de CLARO DOS POÇÕES.

§ 3.º As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao CONTRATADO para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal sem incorreções.

§ 4.º O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente ou poupança em nome do CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo do presente termo de credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATADO se obriga a:

- 8.1. atender às solicitações da Prefeitura Municipal, executando os serviços com presteza e eficiência;
- 8.2. arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto do contrato, como transporte, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;
- 8.3. responsabilizar-se pelos danos causados em decorrência da má prestação de seus serviços,



ainda queculposos;

8.4. manter, durante a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.5. Quanto à execução dos serviços:

- a) Disponibilizar equipe de arbitragem completa, conforme a modalidade esportiva requisitada (futebol de campo, futebol society, futsal ou vôlei), nos moldes previstos neste Termo de Referência;
- b) Garantir que todos os profissionais estejam devidamente **uniformizados**, com vestimentas apropriadas e equipamentos de trabalho compatíveis com a função desempenhada;
- c) Assegurar que os árbitros, assistentes, mesários e cronometristas possuam **conhecimento técnico atualizado das regras oficiais** das modalidades esportivas em que atuarem;
- d) Apresentar-se com **pontualidade** no local, data e horário indicados na convocação emitida pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;
- e) Promover a **conferência de documentação dos atletas**, o preenchimento das súmulas, controle de ocorrências e a entrega de documentos oficiais à organização do evento;
- f) Zelar pela **imparcialidade, disciplina, postura ética e respeito** às equipes envolvidas nas competições, bem como ao público presente;
- g) Executar os serviços com a devida **qualidade, regularidade e eficiência**, obedecendo às normas legais e ao regulamento específico de cada competição;
- h) Responsabilizar-se por todos os custos com **transporte, alimentação e deslocamento** de sua equipe, sem ônus para o Município.

8.5. Quanto à documentação e à gestão contratual:

- a) Manter atualizados junto à Administração os documentos exigidos no processo de credenciamento, inclusive certidões e comprovações técnicas;
- b) Assinar termo de credenciamento/contrato, concordando com as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na legislação vigente;
- c) Comunicar formalmente, com antecedência mínima de 72 horas, qualquer **impossibilidade de atendimento à convocação** da Secretaria;
- d) Submeter-se à **fiscalização da execução dos serviços**, atendendo prontamente às orientações e solicitações dos fiscais designados;
- e) Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, civis e comerciais decorrentes da execução dos serviços, isentando a Administração Pública de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATANTE se obriga a:



- a) expedir as ordens de prestação dos serviços;
- b) efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente termo;
- c) exercer a fiscalização da prestação dos serviços;
- d) efetuar o pagamento ao CREDENCIADO de acordo com o estabelecido neste termo de credenciamento;
- e) fornecer ao CREDENCIADO todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados;
- f) nenhuma outra remuneração será devida ao CONTRATADO, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento, pois, além de ficar convencionado neste termo, pela própria natureza do contrato administrativo regido pela Lei Federal n.º 14.133/2021, não há relação de emprego entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente termo de credenciamento é o da empreitada por preço estimado.

§ 1.º A execução do termo de credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao termo de credenciamento e determinará, se necessário, a regularização das falhas observadas.

§ 2.º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de prestação do serviço em desacordo com as especificações e disposições deste termo de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do termo de credenciamento será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado conforme art. 117 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Fica designado o Sr. _____, portador do CPF sob nº _____, com observância da legislação vigente, em acompanhar e fiscalizar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, e exigir o cumprimento das cláusulas do termo de credenciamento e respectivos termos aditivos.

10.3. O servidor designado com observância da legislação vigente, em acompanhar e fiscalizar o



andamento e a execução do fornecimento do objeto, e exigir o cumprimento das cláusulas do termo de credenciamento e respectivos termos aditivos, será nomeado através de Portaria.

10.4. São responsabilidades do Fiscal de Contrato:

I - Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do termo de credenciamento sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

II - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

III - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

IV - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

V - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

VI - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

VII - Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

VIII - Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

IX - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

X - Confrontar os preços e quantidades constantes na Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

XI - Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

XII - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Parágrafo Único. O descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES



O descumprimento, parcial ou total, de qualquer cláusula contida no presente contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1.º A inexecução parcial ou total do presente contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de CLARO DOS POÇÕES/MG e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2.º A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, por dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;
- b) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao décimo.

§ 3.º O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço realizado com atraso ou de outros créditos, relativos ao mesmo contrato, eventualmente existentes.

§ 4.º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 5.º As horas não trabalhadas serão descontadas do pagamento do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

É vedado ao CONTRATADO a subcontratação total ou parcial do objeto deste ajuste, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial a outrem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Esta avença poderá ser rescindida, na forma, pelos motivos e com as consequências previstas no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado ainda que:

1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:



PREFEITURA MUNICIPAL

CLARO DOS POÇÕES

Rua Naltair dos Santos, 56 - Centro - Claro dos Poções - MG

CEP:39380-000 - Fone: (38) 3237-1157

CNPJ: 21.498.274/0001-22



- a) O Edital de CREDENCIAMENTO N.º 005/2025 e seus anexos;
 - b) A proposta assumida pelo CONTRATADO.
 - c) A solicitação de serviço com estimativa de horas e descrição dos serviços a serem realizadas.
2. Aplicam-se às omissões deste ajuste as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e das demais normas regulamentares pertinentes.
3. Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros/MG para dirimir questões oriundas do presente contrato, dispensado qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme, vai por elas assinado, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos de direito.

CLARO DOS POÇÕES/MG, XXX de XXX de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

CONTRATADO

Testemunha: _____

CPF: _____

Testemunha: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL

CLARO DOS POÇÕES

Rua Naltair dos Santos, 56 - Centro - Claro dos Poções - MG

CEP:39380-000 - Fone: (38) 3237-1157

CNPJ: 21.498.274/0001-22



ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO

1.1. Constitui objeto do presente certame o Credenciamento de pessoa jurídica para Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem esportiva nas modalidades futebol de campo, Society, futsal e vôlei para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do município de Claro dos Poções/MG, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

SEQ	DESCRICAO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN	TOTAL
-----	-------------------	----------	-------	----	-------



1	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO ADULTO. EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO ADULTO, COM TEMPO 45X45 MINUTOS DE ACORDO COM AS REGRAS OFICIAIS. ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO PRINCIPAL, 2 (DOIS) ÁRBITROS AUXILIARES/ASSISTENTES E 01(UM)MESÁRIO/ANOTADOR (RESPONSÁVEL POR TODA A CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS PERTINENTES A ORGANIZAÇÃO), DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS. PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREAÇÃO. SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 613,25	150	JOGO	R\$ 91.987,50
2	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SOCIETY, ADULTO,. EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SOCIETY, ADULTO, COM TEMPO 25X25 MINUTOS DE ACORDO COM AS REGRAS OFICIAIS E COM REGULAMENTO. ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01(UM) MESÁRIO/ANOTADOR (RESPONSÁVEL POR TODA A CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS PERTINENTES A ORGANIZAÇÃO), DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS. PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREAÇÃO. SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL SOCIETY (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 332,33	150	JOGO	R\$ 49.849,50



3	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL PARA AS CATEGORIAS PRINCIPAL, . EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL PARA AS CATEGORIAS PRINCIPAL, FEMININO, MASTER, MIRIM, INFANTIL E JUVENIL COM TEMPO DE 20X20 MINUTOS, DE ACORDO COM AS REGRAS OFICIAIS E COM REGULAMENTO. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) ANOTADOR/CRONOMETRISTA (RESPONSÁVEL POR TODA A CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS PERTINENTES AO EVENTO), DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS. PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREAÇÃO. SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 293,00	150	JOGO	R\$ 43.950,00
4	EQUIPE ARBITRAGEM ESPORTIVA – MODALIDADE VOLEI, . EQUIPE ARBITRAGEM ESPORTIVA – MODALIDADE VOLEI, CONTENDO 02 (DOIS) E 1(UM) MESÁRIO POR PARTIDA. (incluso transporte e alimentação da equipe de arbitragem)	R\$ 314,67	100	JOGO	R\$ 31.467,00

R\$
217.254,00

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei Federal 14.133/2021, constam da justificativa de pesquisa de mercado.

1.3. O prazo de vigência do contrato é de 12(doze) meses, prorrogável na forma do artigo 107, da Lei Federal 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

Justificativa da Contratação:

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Claro dos Poções/MG quanto à execução do calendário anual de eventos esportivos, que envolve a realização de campeonatos e torneios nas modalidades de futebol de campo, futebol society, futsal e vôlei, abrangendo categorias diversas como adulto, feminino, infantil, mirim, juvenil e master.

Para a realização adequada desses eventos, é imprescindível a presença de **equipes de arbitragem qualificadas e devidamente uniformizadas**, que garantam a legalidade das partidas, a aplicação correta das regras oficiais e o controle técnico dos jogos. Além disso, é necessário que essas equipes contem com **mesários e anotadores** responsáveis por conferência de documentação e registros oficiais.



Dada a natureza recorrente, descentralizada e dinâmica das atividades esportivas previstas, a **forma mais eficiente e vantajosa de contratação é o credenciamento**, previsto no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, permitindo a participação de múltiplos interessados e convocação conforme demanda, garantindo flexibilidade, economicidade e amplitude de atendimento.

Objetivo da Contratação:

O objetivo é **credenciar empresas especializadas** na prestação de serviços de arbitragem esportiva, que disponibilizem equipes técnicas para atuação nas modalidades mencionadas, com formação mínima exigida por modalidade, conforme descrições técnicas a serem detalhadas neste Termo de Referência.

Os serviços deverão compreender, obrigatoriamente:

- Arbitragem conforme as regras oficiais das respectivas modalidades esportivas;
- Atuação de árbitros, assistentes, mesários e anotadores/cronometradores conforme composição exigida por modalidade;
- Prestação dos serviços em locais indicados pela Administração, dentro da sede ou zona rural do Município;
- Inclusão de transporte, alimentação e demais encargos necessários à execução adequada dos serviços.

Dessa forma, pretende-se assegurar a qualidade, regularidade e segurança na realização dos eventos esportivos municipais, contribuindo com as políticas públicas de esporte, lazer e desenvolvimento social.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

3.1. Forma de Seleção:

A seleção dos prestadores ocorrerá por meio de **credenciamento público de empresas**, nos termos do **art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, permitindo a contratação de forma **paralela e não excludente** de todos os interessados que atendam integralmente aos requisitos estabelecidos no edital de chamamento.

O credenciamento será conduzido em **fluxo contínuo**, possibilitando que novos interessados possam solicitar sua habilitação a qualquer tempo, enquanto o procedimento estiver vigente, respeitados os prazos e condições definidos no edital.

Não haverá julgamento por menor preço ou por critério competitivo, uma vez que **os valores unitários da hora de serviço serão previamente fixados pela Administração**, com base em pesquisa de mercado constante no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

3.2. Critérios de Seleção:

Serão credenciadas as empresas que apresentarem toda a documentação exigida, observando-se os seguintes critérios:

- **Regularidade jurídica, fiscal, previdenciária e trabalhista**, conforme previsto na legislação aplicável às contratações públicas;



- **Apresentação de proposta comercial com aceitação integral dos preços fixados** pela Administração Pública e das condições contratuais estabelecidas;
- **Compromisso formal de fornecer os profissionais qualificados** e todos os equipamentos necessários para a prestação dos serviços;
- **atestados de capacidade técnica que demonstrem experiência prévia na prestação de serviços de arbitragem esportiva em eventos públicos ou privados.**

A contratação será formalizada por meio de **contrato administrativo individual com cada credenciado habilitado**, observado o regime de execução indireta por tarefa, com pagamento com base nos serviços **efetivamente prestados**, mediante emissão de ordem de serviço e apresentação da nota fiscal.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

4.1. Entrega do Objeto

A prestação dos serviços de arbitragem esportiva será realizada de forma **parcelada e sob demanda**, conforme o cronograma de eventos fornecido previamente pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Claro dos Poções/MG.

As partidas poderão ocorrer em dias úteis, finais de semana ou feriados, nos turnos matutino, vespertino ou noturno, em locais definidos pela Administração Pública, incluindo zonas urbana e rural.

A convocação das equipes de arbitragem credenciadas será feita com **antecedência mínima de 48 horas**, mediante comunicação formal da Secretaria, com detalhamento de local, data, horário, modalidade e composição necessária.

A contratada (ou credenciado) deverá assegurar:

- Pontualidade no comparecimento ao local indicado;
- Equipe de arbitragem completa, conforme a modalidade;
- Uniformização adequada dos profissionais;
- Condições físicas e técnicas para o exercício das funções;
- Entrega de **documentação do evento** (relatório, súmula, registros de ocorrência, lista de presença etc.) imediatamente após a realização do jogo.

4.2. Critério de Aceitação do Objeto

A aceitação dos serviços prestados será feita por servidor designado ou comissão de fiscalização, mediante verificação do cumprimento integral dos seguintes critérios:

- Presença de todos os membros da equipe de arbitragem exigida para a modalidade;
- Regularidade da execução do serviço conforme as **regras oficiais do esporte** e o **regulamento do evento**;
- Postura ética, imparcialidade e disciplina dos profissionais durante a atuação;
- Apresentação e entrega dos documentos comprobatórios exigidos pela organização;
- Cumprimento de prazos, horários e locais determinados pela Administração.



Eventuais irregularidades, ausências, atrasos ou falhas técnicas na prestação dos serviços poderão resultar em **glosa do pagamento**, substituição da equipe, **advertência formal** ou, em casos reincidentes, **descredenciamento** do prestador, conforme regras do edital de chamamento e da legislação vigente.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens ou serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do artigo 141 da Lei Federal 14.133/2021;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A credenciada, habilitada no processo de credenciamento, deverá cumprir integralmente as seguintes obrigações durante toda a vigência da contratação:

6.1. Quanto à execução dos serviços:

- a) Disponibilizar equipe de arbitragem completa, conforme a modalidade esportiva requisitada (futebol de campo, futebol society, futsal ou vôlei), nos moldes previstos neste Termo de Referência;
- b) Garantir que todos os profissionais estejam devidamente **uniformizados**, com vestimentas apropriadas e equipamentos de trabalho compatíveis com a função desempenhada;
- c) Assegurar que os árbitros, assistentes, mesários e cronometristas possuam **conhecimento técnico**



atualizado das regras oficiais das modalidades esportivas em que atuarem;

- d) Apresentar-se com **pontualidade** no local, data e horário indicados na convocação emitida pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;
- e) Promover a **conferência de documentação dos atletas**, o preenchimento das súmulas, controle de ocorrências e a entrega de documentos oficiais à organização do evento;
- f) Zelar pela **imparcialidade, disciplina, postura ética e respeito** às equipes envolvidas nas competições, bem como ao público presente;
- g) Executar os serviços com a devida **qualidade, regularidade e eficiência**, obedecendo às normas legais e ao regulamento específico de cada competição;
- h) Responsabilizar-se por todos os custos com **transporte, alimentação e deslocamento** de sua equipe, sem ônus para o Município.

6.2. Quanto à documentação e à gestão contratual:

- a) Manter atualizados junto à Administração os documentos exigidos no processo de credenciamento, inclusive certidões e comprovações técnicas;
- b) Assinar termo de credenciamento/contrato, concordando com as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na legislação vigente;
- c) Comunicar formalmente, com antecedência mínima de 72 horas, qualquer **impossibilidade de atendimento à convocação** da Secretaria;
- d) Submeter-se à **fiscalização da execução dos serviços**, atendendo prontamente às orientações e solicitações dos fiscais designados;
- e) Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, civis e comerciais decorrentes da execução dos serviços, isentando a Administração Pública de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

- 9.1. Nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021, será designada representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos



observados.

9.2. A fiscalização de que trata este ITEM não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei Federal 14.133/2021.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

9.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Agente de Contratação na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

9.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

9.7. A administração nomeia o Sr. **João Vitor Neto**, como fiscal do contrato.

10. DO PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10(dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após



a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



11. DO REAJUSTE:

11.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, nos termos do artigo 25, §7º, da Lei Federal 14.133/2021.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução:

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

13.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



13.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

13.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura Municipal, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura Municipal poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial do Município

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS:

14.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 217.254,00 (duzentos e dezessete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).**

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

15.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Lei Orçamentária Anual deste ente, referente ao exercício financeiro de 2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e demais normativos pertinentes, na classificação:

Nº FICHA	DOTAÇÃO	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA	VÍNCULO
1087	110227.812.0039.213-3339039000000	REALIZ DE EVENT ESPORTIVOS	OUTROS SERV. TERC. - P. JURÍDICA	NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Claro dos Poções/MG, 14 de maio de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL

CLARO DOS POÇÕES

Rua Naltair dos Santos, 56 - Centro - Claro dos Poções - MG

CEP:39380-000 - Fone: (38) 3237-1157

CNPJ: 21.498.274/0001-22



Francielly Prates de Souza
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo